

# SINDÁGUA

Sindicato dos Trab. nas Ind. de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



## Cadê o salário que estava aqui ?

**A** categoria não suporta mais reclamar da Copasa por causa das deformações provocadas pela falta de um Plano de Cargos e Salários, o que vem obrigando trabalhadores acumularem ou serem desviados de funções.

Enquanto a empresa teima em não construir paritariamente um PCS transparente, os reajustes com ganho real no salário mínimo vão fazendo cócegas no piso salarial na Copasa, cada dia mais defasado.



### Pisos salariais em empresas de saneamento

Casan/SC	R\$	644,45
Sabesp	R\$	694,15
Cetesb/SP	R\$	803,00
Saned/SP	R\$	807,00
Embasa	R\$	883,00
Caesb	R\$	1.182,00
Cedae/RJ	R\$	1.395,00

### VERGONHA

Salário Mínimo	R\$	510,00
Copasa	R\$	535,00

## Categoria rejeita contraproposta da empresa

Trabalhadores exigem ganho real, regulamentação da GADVI, política de PCS e para leituristas

### Copasa outra vez condenada na Justiça por Márcio Nunes



Parábola: «Um sapo ajuda o escorpião atravessar o rio e é picado após a travessia. Esta é sua natureza.»

O ex-gestor tentou prejudicar quem o protegeu em seu gesto louco de atravessar a greve e foi condenado na justiça. **Página 4**

**P**or unanimidade, as assembleias realizadas em todo o Estado rejeitaram a contraproposta da Copasa às reivindicações da categoria para acordo coletivo. A falta do ganho real, piso salarial decente, de um Plano de Cargos e Salários, resolução de graves problemas de leituristas e regulamento da GADVI foram as grandes reclamações dos trabalhadores, que determinaram ao sindicato retornar à mesa de negociação e se esforçar por uma proposta mais condizente com os resultados que a categoria propicia à Copasa.

Os trabalhadores manifestaram disposição de um grande movimento e aguardam a próxima reunião de negociações para deliberarem um posicionamento na luta pela melhoria salarial e condições de trabalho. **Página 3**

# Categoria unida fortalece o Sindicato

Todo o Estado se mobilizou para reprovar a contraproposta apresentada pela Copasa nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2010. Nas assembleias, trabalhadores apresentaram todo tipo de reclamação contra a empresa, desde desvios de função, salários achatados, até má assistência médica e, como sempre, problemas sérios enfrentados pelos companheiros leituristas, que continuam obrigados a trabalhar em condições cada vez mais sacrificantes.



Uma empresa que paga um piso salarial de R\$ 535,00, quase sendo ultrapassado pelo salário mínimo, demonstra não estar muito preocupada em perder profissionais qualificados, transformando-se na cabeça de uma hidra de empreiteiras, que igualmente pagam salários miseráveis.

Esta, no entanto, é uma situação inaceitável, que leva os trabalhadores a reivindicarem aumento real de salários, a correção do piso para um valor decente e compatível com as demais empresas de saneamento e, principalmente, reformular urgentemente o Plano de Cargos e Salários, dando-lhe a transparência necessária exigida para uma

empresa pública.

Os trabalhadores apostam que, passado o triste período de desmanche da empresa por um forasteiro, diretores da casa honrem a sua história de trabalho pelo crescimento da Copasa e dos compromissos sociais da empresa com a população mineira. Para isto, precisamos resgatar o real valor da Copasa como empresa detentora de serviços essenciais e vitais para a vida da população. A

categoria sempre foi reconhecida pela excelência do seu trabalho e só terá condição de retocar esta imagem construída ao longo da história da empresa através da valorização e respeito aos seus profissionais.

Esperamos que a mesa de negociações do acordo coletivo seja a âncora para firmar novamente a Copasa no respeito público, maltratado pelos desmandos e irregularidades escandalosas, que vem sendo reparadas na Justiça com severos prejuízos para a imagem da empresa. A categoria está pronta para colaborar neste processo de reconstrução, como sempre fizemos, pois a quase totalidade dos trabalhadores tem a sua vida misturada com a vida da própria empresa.

## 5º Contsemg abre guerra contra as terceirizações

O SINDÁGUA realizará de 1 a 3 de julho o 5º Contsemg - Congresso dos Trabalhadores em Saneamento de Minas Gerais. O grande tema deste Congresso será a grave ameaça que paira sobre o setor de saneamento, que enfrenta projeto de lei 96/10, do senador Fernando Collor de Mello, que visa facilitar os processos de privatizações.

Em breve o sindicato deverá realizar assembleias para que os trabalhadores elejam seus delegados ao 5º Contsemg, além de envolver toda a categoria na discussão dos temas através da divulgação em boletins do SINDÁGUA e ainda pela internet.

Participe! O Contsemg é o instrumento que define as lutas da categoria, além de estabelecer a forma de organização do nosso sindicato.

### Luta parlamentar pelos trabalhadores

Está demonstrado no Congresso Nacional a urgência de os trabalhadores investirem em seus próprios representantes nos processos de decisões que afetam toda a sociedade. Reiterando decisão já tomada na Câmara Federal, o Senado aprovou reajuste de 7,7% para aposentados que ganham acima de um salário mínimo e, mais importante ainda, extinguiu o famigerado o "fator previdenciário" criado no Governo Fernando Henrique Cardoso, que praticamente proíbe os trabalhadores de se aposentarem e, quando conseguiram, esquartejava os valores das aposentadorias, nos prejudicando pelo resto da vida.

A decisão vai agora para sanção do presidente Lula e a nação inteira espera pela sua sensibilidade contra esta agressão sofrida no direito à aposentadoria (veja texto na página 4).

**SINDÁGUA** Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

**Presidente:** José Maria dos Santos - **Diretor de Comunicação:** Rogério Matos de Araújo - **Jornalistas:** Janaina Ferreira da Mata MG-064.87 JP e José Geraldo Ribeiro - MG 02717JP - **Diagramação:** Luiz Carlos Nicolau - **Tiragem:** 10.000 exemplares - **Impressão:** Gráfica do Gaúcho

Rua Congonhas, 518 - Santo Antônio - Belo Horizonte/MG - Tel: (31) 3297-7227 - Fax: (31) 3297-7224 CEP: 30330-100  
[www.sindagua.com.br](http://www.sindagua.com.br) e-mail: [sindagua@sindagua.com.br](mailto:sindagua@sindagua.com.br) - Jornal SINDÁGUA [comunicacao@sindagua.com.br](mailto:comunicacao@sindagua.com.br)

# Categoria rejeita proposta e luta por ganho real nos salários

**E**m assembleias realizadas em todo o Estado, os trabalhadores recusaram com muitas críticas a contraproposta da Copasa para acordo coletivo. Mesmo com avanços importantes nas negociações, os trabalhadores reforçaram pontos vitais em que a empresa precisa nos atender, sobretudo na reparação da verdadeira “desorganização” pela falta de um Plano de Cargos e Salários.

A categoria exigiu que o sindicato encaminhe na mesa de negociação um posicionamento firme pelo ganho real nos salários. Se diante de um presidente ditador e truculento conseguimos um reajuste salarial pelo dobro do INPC, porque uma diretoria dita como “da casa” não enxergaria a grave necessidade que os trabalhadores estão passando para recuperar uma Copasa mais sadia nas relações trabalhistas?

Esta posição da categoria reflete os levantamentos de acordos coletivos realizados neste ano, com ganhos reais de 2,8% a 4%, além de uma política de recuperação dos pisos salariais, que vêm cada dia mais se aproximando do salário mínimo, em função da política de repasse da inflação medida pelo INPC somada à variação do PIB (Produto Interno Bruto) do ano anterior.

Os trabalhadores criticaram muito o modelo de empresa em que se transformou a Copasa, que passou de 25% para 35% e agora para 50% de distribuição do seu lucro líquido para acionis-



tas, mas que ao mesmo tempo conserva uma postura de sucateamento do patrimônio construído pela empresa. Apesar de um crescimento de cerca de 6,9% demonstrado em seu balanço, a Copasa teima em não apresentar uma proposta decente de reajuste salarial, mantendo apenas a correção pela inflação acumulada.

## DÁ PRÁ MELHORAR!

- Ganho real conforme índice de crescimento da empresa
- Produtividade
- PCCS formulado com a participação dos trabalhadores
- Reajuste imediato do piso salarial da empresa
- Regulamentação urgente da GADVI
- Condições humanas de trabalho para os leituristas
- Atendimento pleno à saúde de alto e baixo risco
- INPC em dobro para todos os benefícios

### Mobilização

O reconhecimento e a garantia da data-base, que possibilita a retroatividade de a 1º de maio de todos os impactos do acordo coletivo, dão aos trabalhadores tranquilidade no processo de negociação. Não é necessário atropelar as negociações com a pressa de aprovação de propostas para garantir a inclusão de reajustes na folha de pagamento. A categoria considera que o diálogo aberto e a transparência nas negociações podem ser muito positivas para resgatar um clima de respeito que vinha sendo danificado dentro da empresa.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores foram orientados para assembleias emergenciais eventualmente convocadas pelo sindicato, para encaminhar estratégias mais rigorosas de luta pelos direitos da categoria. Todos se mostraram muito contrariados com respostas da empresa a apenas 18 cláusulas de cerca de 80 reivindicações apresentadas para negociação coletiva. “Muitos itens de extrema importância foram deixados de lado e outros estão

sendo empurrados com a barriga, como o PCCS e a GADVI”, reclama um companheiro em assembleia.

Orientado pelos trabalhadores, o SINDÁGUA amplia a comunicação com todos os diretores, delegados e representantes sindicais, pois intensificaremos o processo de mobilização da categoria em todo o Estado. Aguardamos reunião com a Copasa nesta semana e nova assembleia deve ser convocada para os próximos dias, para apreciar uma eventual nova proposta ou para deliberar sobre novos rumos na luta da categoria.

## Copasa e Previminas impõem sua proposta

**M**ais de 13 mil trabalhadores, entre participantes e assistidos, fazem parte do plano de previdência complementar da Copasa. São milhares de famílias que estão envolvidas e são prejudicadas com os reajustes abusivos e as decisões unilaterais tomadas pela Previminas e a Copasa nos últimos anos.

Numa ação tecnocrata, onde só aqueles que detêm conhecimento técnico são chamados a opinar e participar das decisões, as diretorias da Previminas e da Copasa impõem a sua proposta para o novo plano e não admitem nem discutir outra modalidade que não seja a Contribuição Definida – CD. Numa lógica antidemocrática, a maioria tem apenas um representante para defender seus interesses no Conselho Deliberativo da Fundação e não conta com nenhum diretor dentro da entidade. Com isso, um pequeno grupo (a cúpula gerencial) centraliza as informações e decide entre paredes uma questão que mexe com a vida de milhares de famílias.

Independente da proposta empresarial, denominada ESTRATÉGIA PREVIDENCIAL, ter recebido uma série de críticas dos sindicatos e dos especialistas em previdência contratados pelo Grupo Complementação, a Copasa e a Previminas seguiram

em frente e impuseram aos participantes a formatação do plano construída internamente entre elas. Numa clara demonstração que o objetivo principal não era encontrar uma alternativa benéfica para os participantes, mas sim substituir um plano legítimo de previdência complementar, por outro que os riscos são apenas para o trabalhador, isentando a Copasa de compartilhar esses riscos e de fazer o pagamento das suas dívidas anteriores. Dessa forma, a empresa vai economizar dinheiro e favorecer o seu caixa, enquanto a segurança futura dos participantes fica a mercê de uma gestão administrativa, da qual ele não tem controle.

Saldamento é inevitável - Os problemas estruturais e de má gestão tornaram o plano BD (Benedício Definido) inviável e prejudicial aos trabalhadores, principalmente aqueles com menos salários. Isso acarretou a necessidade de realizar o seu saldamento e construir um novo plano. O que não significa que tenhamos que aceitar goela abaixo uma proposta que não atenda os anseios da categoria.

O SINDÁGUA MG vai continuar a mobilização em defesa dos interesses dos participantes, atuais e futuros, e recorrer às instâncias que forem necessárias para garantir os direitos dos trabalhadores.

# Márcio Nunes levou a Copasa a mais uma condenação judicial

**A** copasa foi mais uma vez condenada na Justiça pela irresponsabilidade do ex-presidente Márcio Nunes. A empresa foi condenada na 4ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias a pagar as custas das despesas processuais e honorários de ação julgada “improcedente”, em que o ex-ditador tentou incriminar o sindicato por danos a veículo dirigido por ele e que abalroou cones que protegiam manifestação durante a greve da categoria, em 2008.

A atitude do ex-gestor de tentar passar com o seu carro no meio de manifestação com cerca de 2000 pessoas durante greve na portaria da empresa deu início a mais uma de suas más intenções. Apesar do volume extraordinário de pessoas em toda a rua Mar de Espanha, o ex-ditador queria passar no meio da multidão. Foi barrado, no entanto, por sua própria imperícia, atropelou os cones, que ficaram debaixo do carro, impedindo-o continuar no que poderia ser uma tragédia muito maior.

Pior ainda, além de estar atacando a categoria com

panfletos que imitavam os boletins

**Registro**, construindo um clima de animosidade, o presidente desceu do seu carro e

passou a pé no meio da greve. A direção sindical deu um exemplo de civilidade e cidadania, conduzindo o ditador até a portaria da empresa, para que pudesse seguir ileso.

Mas a maldade não tem limite! O ex-gestor promoveu um “Boletim de Ocorrência” (BO) policial no dia seguinte, alegando que os grevistas teriam danificado o veículo, confrontando com toda a postura de responsabilidade dos trabalhadores que não o molestaram em sua estúpida passagem no meio da greve. Com o “BO”, o marciano entrou na justiça, tentando responsabilizar e cobrar do SINDÁGUA pelos eventuais danos no veículo presidencial, verificados no dia seguinte.



Nascimento, diretor do Sindicato, acompanha o Dr. Presidente em seu caminho no meio da greve

## Sentença da justiça desmascara a má intenção

Trechos da sentença ressaltam a postura responsável da direção sindical e dos trabalhadores e não deixam dúvida da atitude do ex-presidente da empresa:

“... o acervo probatório demonstra que a manifestação grevista era pacífica, foi realizada em local devidamente sinalizado, houve comunicação prévia da autora a respeito de sua realização, além de haver preocupação com a segurança do Presidente da COPASA.”

“... ficou comprovado nos autos que os dirigentes do sindicato alertaram os servidores grevistas a não danificarem o veículo, por se tratar de patrimônio público, além de terem zelado pela integridade física do Presidente da COPASA, ao acompanhá-lo à portaria do prédio para que não sofresse agressão.”

“Na verdade, os danos foram causados pela atitude incauta do presidente da COPASA que, sabedor da manifestação, preferiu seguir pela rua impedida e cercada por cones pelos manifestantes.”

“... o prejuízo sofrido pela autora por ser imputado a conduta de terceiros, os quais sequer foram identificados, já que o Boletim de Ocorrência de fls.47/48 foi lavrado no dia seguinte à manifestação grevista.”

## Saiba como o fim do fator previdenciário beneficia o trabalhador na ativa

**O** Senado confirmou a decisão da Câmara Federal e aprovou a extinção do “fator previdenciário”, além de determinar o reajuste dos valores das aposentadorias em 7,7%, contrariando pressões em contrário do governo federal.

Agora, o projeto vai para sanção do presidente Lula, que pode transformá-lo em lei ou vetá-lo, o que manteria o grave prejuízo dos aposentados e dos trabalhadores que estão em condições de se aposentarem. Se a medida for de fato concretizada, os trabalhadores brasileiros devem tomar todo o cuidado para não precipitarem suas aposentadorias, pois as novas regras garantiriam o direito pleno depois de uma contribuição de 35 anos ao Instituto Nacional de Seguridade Social.

### Vantagens sobre o fator previdenciário

O fator leva em conta idade, expectativa de vida e tempo de contribuição. Se esta praga criada em 1999, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, precisaríamos apenas cumprir os 35 anos de tempo de serviço e estar em dia com o INSS para aposentarmos.

O fator previdenciário nasceu com a intenção de retirar os direitos construídos pelos trabalhadores, para equilibrar as receitas e despesas da Previdência Social. O grave prejuízo sobre os valores das aposentadorias e as extremas dificuldades para se aposentar, contrasta com a enxurrada de notícias de fraudes e corrupção contra este patrimônio de quem trabalha a vida inteira e vem sendo literalmente roubado em seu direito. O governo federal conseguiu

exigir, com o fator previdenciário, que os trabalhadores permanecessem mais tempo em atividade no mercado. Com a crise e o desemprego, muitos trabalhadores que estavam na iminência de se aposentarem foram travados, ou por não completarem o tempo, ou por correrem o risco de despencarem seus valores a receber em função da forma redutora de cálculo do fator previdenciário.

Os trabalhadores mais pobres, que começam a trabalhar mais cedo, completam 35 anos de contribuição também mais cedo, mas precisam esperar completar 60 anos de idade (homens) ou 55 (mulheres) para encaminharem suas aposentadorias. O cálculo conforme o fator previdenciário provoca uma queda de até 42% no salário da mulher e de até 38% no dos homens”.